



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

Aplicação: 12/10/2008

Cargo 1:

OFICIAL DE INTELIGÊNCIA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o número de sua inscrição no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **CENTO E CINQUENTA ITENS**, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 150, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A única cura para o tédio é a curiosidade.

- 3 **ATENÇÃO:** este caderno inclui dois conjuntos de itens numerados de **126 a 150**, cada um deles correspondente a uma opção de língua estrangeira devidamente identificada (língua espanhola ou língua inglesa). Na folha de respostas, marque as respostas relativas aos itens de língua estrangeira de acordo com a sua opção na inscrição, indicada na referida folha, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 7 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 Nas provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 9 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **14/10/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **15 e 16/10/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **11/11/2008** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União (DOU) e Internet.
- IV **12 e 13/11/2008** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **25/11/2008** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a realização da prova de capacidade física: DOU e Internet.
- VI **6 e 7/12/2008** – Realização da prova de capacidade física, em locais e horários a serem divulgados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 - ABIN, de 12/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ABIN = Agência Brasileira de Inteligência; CF = Constituição Federal; DF = Distrito Federal; ONG = organização não-governamental; SBI = Sistema Brasileiro de Inteligência; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS GERAIS

1 Assistimos à dissolução dos discursos
homogeneizantes e totalizantes da ciência e da cultura. Não
4 existe narração ou gênero do discurso capaz de dar um
traçado único, um horizonte de sentido unitário da
experiência da vida, da cultura, da ciência ou da
7 subjetividade. Há histórias, no plural; o mundo tornou-se
intensamente complexo e as respostas não são diretas nem
estáveis. Mesmo que não possamos olhar de um curso único
para a história, os projetos humanos têm um assentamento
10 inicial que já permite abrir o presente para a construção de
futuros possíveis. Tornar-se um ser humano consiste em
participar de processos sociais compartilhados, nos quais
13 emergem significados, sentidos, coordenações e conflitos.

A complexidade dos problemas desarticula-se e,
precisamente por essa razão, torna-se necessária uma
16 reordenação intelectual que nos habilite a pensar a
complexidade.

Dora Fried Schnitman. **Introdução: ciência, cultura e subjetividade**. In: Dora Fried Schnitman (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**, p. 17 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito da organização das idéias no texto acima.

- 1 Subentende-se da argumentação do texto que a sistematização dos gêneros do discurso ainda é insuficiente para explicar satisfatoriamente o complexo sentido da cultura e da ciência na formação dos sujeitos.
- 2 O emprego do sinal indicativo de crase em “à dissolução” (l.1) deve-se à dupla possibilidade de relações sintático-semânticas para o verbo **assistir**.
- 3 A relação que a oração iniciada por “e as respostas” (l.7) mantém com a anterior mostra que a função da conjunção “e” corresponde à função de **por isso**.
- 4 Preservam-se as relações entre os argumentos do texto caso se empregue, em lugar de “que não possamos” (l.8), uma oração correspondente com o gerúndio: não podendo.
- 5 Preservam-se as relações argumentativas, a noção de pluralidade e a correção gramatical da oração ao se empregar a expressão **cada projeto humano** em lugar de “os projetos humanos” (l.9).
- 6 Na linha 11, a flexão de singular na forma verbal “consiste” deve-se à obrigatoriedade da concordância do verbo com o sujeito da oração: “ser humano”.
- 7 O uso da preposição **em**, no termo “nos quais” (l.12), indica que a expressão nominal “processos sociais compartilhados” (l.12) está empregada como a circunstância de lugar da emergência dos “significados” (l.13), não como o agente de sua origem.
- 8 No segundo parágrafo, as duas ocorrências do pronome **se**, em “desarticula-se” e “torna-se”, marcam a impessoalidade da linguagem empregada no texto por meio da indeterminação do sujeito.

1 Uma vez pesquisado, determinado assunto agrega
novos elementos ao pensamento de seu observador e,
portanto, modifica-o. Mudado seu modo de pensar, o
4 pesquisador já não concebe aquele tema da mesma forma e,
assim, já não é capaz de estabelecer uma relação exatamente
igual à do experimento original. Não se podendo repetir a
7 relação sujeito-objeto, é forçoso afirmar que seria impossível
a reprodução exata de qualquer situação de pesquisa, o que
ressalta a importância da descrição do fenômeno e o caráter
10 vivo dos postulados teóricos. Em uma visão fenomenológica,
os chamados estados da mente perante a verdade podem ser
descritos como o tipo de experiência vivida pelo analista de
13 inteligência no contato com o fenômeno acompanhado.
Assim sendo, os fatos analisados não podem ser dissociados
daquele que produz o conhecimento. Quando a mente se
16 posiciona perante a verdade, o que de fato ocorre é um
processo ativo de auto-regulação entre uma pessoa, seus
conhecimentos preexistentes (*a priori*) e um novo fato que se
19 apresenta.

Guilherme Augusto Rosito. **Abordagem fenomenológica e metodologia de produção de conhecimentos**. In: **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: ABIN, v. 2, n.º 3, set./2008 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 9 O desenvolvimento da argumentação do texto mostra que o pronome em “modifica-o” (l.3) toma como referente a expressão “determinado assunto” (l.1).
- 10 Em “à do experimento” (l.6), o sinal indicativo de crase está empregado de forma semelhante ao emprego desse sinal em expressões como **à moda**, **às vezes**, em que o uso do sinal é fixo.
- 11 No desenvolvimento da argumentação, a oração “Não se podendo repetir a relação sujeito-objeto” (l.6-7) expressa a causa que desencadeia as idéias do trecho “é forçoso afirmar (...) pesquisa” (l.7-8).
- 12 Logo após “pesquisa” (l.8), estaria gramaticalmente correto e coerente com o desenvolvimento das idéias do texto o emprego do travessão simples no lugar da vírgula.
- 13 Preservam-se as relações argumentativas e a correção gramatical do texto ao se substituir o trecho “os chamados estados da mente perante a verdade podem ser descritos” (l.11-12) por **podem serem descritos os chamados estados da mente em face à verdade**.
- 14 Subentende-se, pelas relações de sentido que se estabelecem no texto, que “daquele” (l.15) retoma, por coesão, “fenômeno” (l.13), precedido pela preposição **de**, exigida por “dissociados” (l.14).

1 A hipótese dos campos mórficos, criada pelo inglês
Rupert Sheldrake, representa uma salutar sacudida na biologia,
com conseqüências em vários outros ramos da ciência.

4 Nos seres humanos, a ressonância mórfica pode ser uma
ferramenta utilíssima para explicar o aprendizado, em especial o
de idiomas. Pela teoria, em geral é mais fácil aprender o que
7 outros já aprenderam antes, graças à memória coletiva acessível
a todos os indivíduos da mesma espécie. Assim, os campos
10 mórficos podem representar um novo ponto de partida para
compreendermos nossa herança cultural e a influência de nossos
ancestrais. O próprio biólogo reconhece, porém, que sua
concepção tem um espaço em branco a ser preenchido. Se, por um
13 lado, ela ajuda a explicar o modo como os padrões de organização
são repetidos, por outro, não explicita como eles se colocam em
primeiro lugar. Mas essa lacuna é estratégica, revela Sheldrake:
16 “Isso deixa aberta a questão da criatividade evolucionária.”

Planeta, ago./ 2005 (com adaptações).

No que se refere à organização das idéias no texto acima, julgue os próximos itens.

- 15 Infere-se da argumentação do texto que Sheldrake, em sua teoria, revoluciona os conceitos da biologia, utilizando-se da própria hipótese de ressonância dos conhecimentos de outros ramos da ciência na própria biologia.
- 16 Na articulação dos argumentos do texto, o termo “os indivíduos” (l.8) retoma, por coesão, o mesmo conjunto de seres antes designados como “seres humanos” (l.4).
- 17 A flexão de primeira pessoa do plural em “compreendermos” (l.10) indica que o sujeito da oração em que esse verbo ocorre é diferente do sujeito da oração anterior.
- 18 A conjunção “Se” (l.12) inicia uma oração que apresenta uma condição para a realização do que se afirma na oração principal.

1 Um homem do século XVI ou XVII ficaria espantado
com as exigências de identidade civil a que nós nos submetemos
com naturalidade. Assim que nossas crianças começam a falar,
4 ensinamos-lhes seu nome, o nome de seus pais e sua idade.
Quando arranjam seu primeiro emprego, junto com sua carteira
de trabalho, receberão um número de inscrição que passará a
acompanhar seu nome. Um dia chegará em que todos os cidadãos
7 terão seu número de registro: esta é a meta dos serviços de
identidade. Nossa personalidade civil já se exprime com maior
precisão mediante nossas coordenadas de nascimento do que
10 mediante nosso sobrenome. Este, com o tempo, poderia muito
bem não desaparecer, mas ficar reservado à vida particular,
13 enquanto um número de identidade, em que a data de nascimento
seria um dos elementos, o substituiria para uso civil. O nome
pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao
16 mundo da tradição. A idade, quantidade legalmente mensurável
com uma precisão quase de horas, é produto de um outro mundo,
o da exatidão e do número. Hoje, nossos hábitos de identidade
19 civil estão ligados, ao mesmo tempo, a esses três mundos.

Philippe Ariès. *História social da criança e da família*.
Dora Flaksman (Trad.), p. 1-2 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens de 19 a 25.

- 19 A argumentação do texto se organiza em torno da idéia de que o cidadão do tempo atual recebe diferentes identificações nos mundos da fantasia, da tradição e da personalidade civil.
- 20 A idéia de suposição expressa na forma verbal “ficaria” (l.1) permite o emprego de **submetermos**, forma verbal no modo subjuntivo, em lugar de “submetemos” (l.2), sem que se prejudiquem a coerência e a correção gramatical do texto.
- 21 O emprego da preposição antes do pronome, em “a que” (l.2), atende à regra gramatical que exige a preposição **a** regendo um dos complementos do verbo **submeter**.
- 22 A substituição de “ensinamos-lhes” (l.4) por **ensinamos a elas** preservaria tanto a correção gramatical do texto quanto as relações semânticas expressas no trecho em questão.
- 23 A organização do período iniciado à linha 7 admite a substituição do sinal de dois-pontos, empregado logo após “registro” (l.8), pela conjunção **portanto**, entre vírgulas, sem que se prejudique a coerência textual.
- 24 A função textual de “esta” (l.8) e “Este” (l.11) é retomar, como referente, a idéia enunciada na oração que precede cada um desses pronomes.
- 25 Preservam-se a correção gramatical e a coerência do argumento se, do período iniciado por “Este, com o tempo” (l.11) forem retirados os termos “não” e “mas”, ambos na linha 12.

A Bolívia radicalizou a tese da volubilidade do Estado nacional até o início do século XXI, afastando-se ela mesma da média de recomposição institucional dos demais países da América do Sul. Os fatos bolivianos que assustam o brasileiro médio nesses dias e as preocupações naturais ante a iminência do corte de suprimento de gás ou dos riscos de uma guerra civil na fronteira porosa, seca e imensa que o Brasil compartilha com aquele país expõem as dificuldades que permanecem para a formação de instituições do Estado moderno de direito do outro lado da fronteira.

José Flávio Sombra Saraiva. *Dois nações e um Estado imperfeito*.
In: *Correio Braziliense*, 13/9/2008, p. 23 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens de 26 a 30, relativos à instabilidade política na Bolívia, suas raízes históricas e seus desdobramentos recentes, bem como suas conseqüências para o processo de integração em curso na América do Sul.

- 26 A Bolívia, apesar de isolada no contexto sul-americano, vem buscando desenvolver um sistema de alianças extracontinentais seguras com parceiros internacionais confiáveis e apreciados por todas as lideranças políticas da UNASUL.

- 27** A ausência de uma saída para o mar — a Bolívia localiza-se entre os Andes e o mundo platino-brasileiro —, elites esgarçadas e uma economia em franca retração são fatores que justificam o conjunto de dificuldades que a Bolívia vem enfrentando desde 2003.
- 28** A doutrina da não-intervenção, tradicional na formulação jurídica de Estados novos e revivida na América do Sul, focada na manutenção das soberanias políticas dos Estados nacionais, se traduz, na crise boliviana, no alheamento dos Estados responsáveis pelo avanço de proposições voltadas para o diálogo e no esforço de estabilidade do país mais central da América do Sul.
- 29** A dicotomia entre as elites economicamente poderosas do oriente boliviano e o governo central dos Andes pauperizado, quase artificial e inventada pelas próprias elites, não reflete plenamente a realidade boliviana, com baixos níveis de cidadania em todo o território e com migrações internas e intensas nos níveis de baixa escolaridade e elevada pobreza.
- 30** A crescente importância do Brasil e da Venezuela no cenário sul-americano, inclusive no que se refere à mediação entre partes em crises regionais, emana da modernização econômica, da tranquilidade política e da projeção internacional de que gozam os dois países, em igual proporção e legitimidade internacional.

A permeabilidade das fronteiras, as modificações operadas pela globalização e a porosidade das relações entre economia internacional e Estado nacional geraram novos desafios para a defesa e a segurança do Estado. A respeito desse tema, julgue os itens de **31** a **35**.

- 31** Fatores que são apresentados como impulsionadores do declínio do Estado e da soberania, como o terrorismo internacional, o crime organizado, o narcotráfico e a ameaça de espionagem, são igualmente responsáveis pela ampliação e expansão de estruturas de inteligência sob comando estatal em quase todo o mundo.
- 32** Nos Estados democráticos, cresce a demanda pela formação e implementação de políticas governamentais voltadas para os controles e supervisões dos serviços de inteligência.
- 33** Para garantir a segurança do Estado, não importa o regime político, devendo a eficiência e a eficácia dos serviços de inteligência sobre matérias relevantes, como o terrorismo internacional, prevalecer sobre o princípio da transparência.

- 34** A globalização econômica trouxe consigo a possibilidade de aumento da interação entre os processos produtivos e o consumo, mas também a presença estratégica de grandes empresas globais vinculadas, direta ou indiretamente, ao aparelho político e estratégico de Estados nacionais que utilizam a internacionalização para a realização de seus interesses nacionais e para reforçar suas capacidades decisórias.
- 35** Os serviços históricos prestados na segunda metade do século XX e no início deste século, bem como a segurança institucional de estruturas organizacionais como CIA, KGB e Mossad, são amplamente reconhecidos, dada a confiança que os cidadãos de seus respectivos países e do mundo depositam em tais corporações.

As migrações internacionais ocupam parte importante das diplomacias e dos serviços de defesa do Estado e dos cidadãos comuns que atravessam fronteiras diariamente, em todo o mundo. A respeito desse tema, julgue os itens seguintes.

- 36** A criminalização crescente das migrações econômicas e sociais denota que o direito de ir e vir da pessoa faz-se subalterno ao privilégio universal da livre circulação dos capitais.
- 37** Legislações draconianas, como as que vêm sendo adotadas pela União Européia, expõem, por um lado, a noção de que a função histórica da grande imigração de africanos e asiáticos para o trabalho nas indústrias européias do pós-guerra perdeu função histórica e, por outro, que a reciprocidade internacional em relação à América Latina, formada em parte por imensas levas de desterrados europeus, perdeu valor de direito internacional ante o realismo político dos interesses nacionais e comunitários europeus.
- 38** As migrações internacionais, amenizadas no continente africano diante do fim do ciclo belicoso interno das últimas décadas do século XX, deixou de ser um tema relevante das relações interestatais afro-européias.
- 39** O Brasil, país marcado, no fim do século XIX e início do século XX, pelas imigrações européias e asiáticas, fator importante para a formação do Brasil contemporâneo, mudou seu padrão migratório ao ter-se tornado também país de emigrantes.
- 40** A migração forçada ou enganosa, muitas vezes em forma de tráfico de pessoas, ainda que seja um tema de impacto internacional, possui modesta implicação na segurança dos Estados nacionais neste início de século.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 Do ponto de vista político, o mundo apresenta o
aspecto de um grande caos: por um lado, a multiplicação de
unidades econômicas regionais, por outro, o renascimento de
4 nacionalismos, ascensão de fundamentalismo, Estados
divididos. A maioria dos conflitos são internos, intra-estatais.
Além disso, redes internacionais de caráter mafioso e o crime
7 organizado constituem novas ameaças porque controlam toda
a espécie de circuitos clandestinos (prostituição,
contrabando, tráfico de drogas, venda de armas,
10 disseminação nuclear).

J. W. Vesentini. *Novas geopolíticas – as representações do século XXI*. Contexto, p. 75 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 41 A atuação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio tem eliminado as concentrações e os desequilíbrios nas atividades econômicas, provocados pelo avanço da globalização.
- 42 É observada a formação de unidades econômicas regionais pela reunião de países geograficamente limítrofes ou não, onde perduram políticas de resistência à globalização da economia, impedindo o comércio com outros blocos econômicos e países para concentrar o aumento de riqueza dos países pertencentes ao próprio bloco.
- 43 Entre as causas atuais para a existência de conflito entre nações, ou em um mesmo país, estão os problemas ambientais, que se tornaram tema de discussões e de acordos em fóruns internacionais, motivando ações conjuntas. Um exemplo de ação mitigadora levada a efeito cooperativamente entre países foi a contenção do petróleo derramado no mar por ocasião da Guerra do Golfo.
- 44 A ascensão do fundamentalismo teve origem nos conflitos inter-étnicos, particularmente frequentes em países que abrigam diferentes povos, com diferentes religiões.

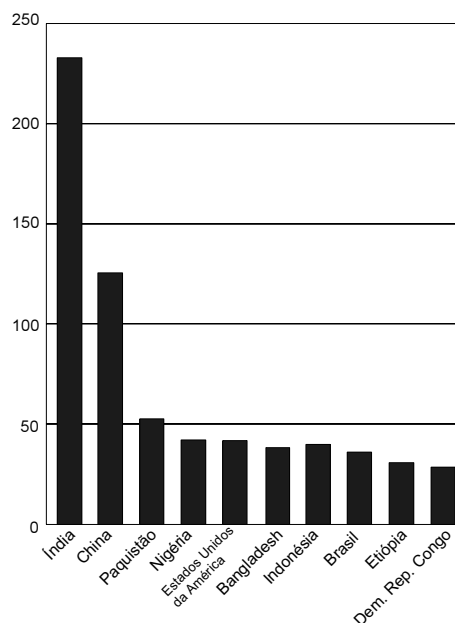
Apesar da ampliação dos mercados, a globalização da economia e o crescimento dos fluxos de mercadorias reafirmam a desuniformidade do espaço terrestre e dão visibilidade à sua heterogeneidade e à sua diversificação pela ação das sociedades que o modelam.

Iná E. Castro. *Geografia política, território, escalas de ação e instituições*. Bertrand Brasil, 2006, p. 234.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os assuntos por ele suscitados, julgue os seguintes itens.

- 45 Em função da busca da competitividade e da heterogeneidade do espaço, as empresas se dirigem para locais onde haja mão-de-obra qualificada e barata e infraestrutura adequada.
- 46 A globalização, como fenômeno em curso no mundo, é caracterizada pela integração de mercados, levando o crescimento econômico a todas as regiões, articuladas segundo um processo equitativo de distribuição de riqueza.
- 47 Para a inserção de países como o Brasil, o México e a Argentina na nova realidade econômica mundial, as organizações financeiras internacionais exigiram a reforma do Estado, para a ampliação da autonomia deste e para a garantia do crescimento econômico por meio da centralização da tomada de decisão.

O século XX assistiu a um rápido crescimento da população mundial, que partiu de 1,6 bilhões e alcançou 6,1 bilhões. Não se prevê uma estabilização para o atual século, porém, para 2050, a expectativa é de 9 bilhões de habitantes no planeta. Abaixo, o gráfico mostra os dez países que deverão apresentar o maior incremento populacional no mundo.



World Bank. *Atlas of global development*. Washington, D. C., 2007, p. 25.

Julgue os itens que se seguem, acerca das informações do texto e do gráfico acima apresentados, bem como dos assuntos a eles relacionados.

- 48 No gráfico, observa-se que o aumento na população mundial em sua maior proporção decorrerá do aumento populacional em alguns países cujos indicadores socioeconômicos apontam para a necessidade de melhoria quanto ao nível de desenvolvimento social.
- 49 Ao lado da perspectiva de crescimento populacional mundial, o movimento de pessoas cruzando fronteiras como imigrantes é um aspecto relacionado ao processo de integração global, fonte potencial de conflitos sociais.
- 50 Em função do aumento da população mundial, a ruralização — movimento migratório da cidade em direção ao campo — é um fenômeno significativo nos países mencionados na tabela, diante da incapacidade da economia urbana de prover emprego, moradia, educação e saúde.
- 51 O Brasil, cujo aumento populacional é registrado no gráfico, evidencia uma mudança no perfil de crescimento a partir da queda observada na taxa de crescimento populacional do país, do aumento da expectativa de vida e da diminuição da participação relativa de jovens no total da população.
- 52 Embora o crescimento populacional contribua para o aumento dos problemas ambientais, como a destruição da cobertura florestal e a poluição em suas várias formas, a necessária intensificação na exploração dos recursos naturais terá a sua sustentabilidade ambiental e econômica assegurada por meio do desenvolvimento da tecnologia, já que esta implica o adequado aumento da produtividade.

Ainda em meados do século XX, o Brasil era composto de manchas de adensamento econômico isoladas entre si e orientadas para o mercado exterior, o que revelava sua feição espacial herdada de um processo de ocupação que deixou marcas diferenciadas no extenso território nacional, conforme se desdobravam, com grande descontinuidade temporal e geográfica, os diversos ciclos econômicos voltados para a exportação.

IBGE. *Brasil em números*, v. 14, 2006, p. 45 (com adaptações).

Acerca da organização do espaço brasileiro e das atividades econômicas desenvolvidas no território nacional, julgue os itens subseqüentes.

- 53** Sobre a “feição espacial herdada de um processo de ocupação”, a industrialização promoveu a desconexão entre as regiões brasileiras, acentuando a supremacia econômica do Sudeste.
- 54** A “grande descontinuidade temporal e geográfica” mencionada no texto explica-se pelo processo de ocupação territorial em que foi privilegiada a atividade agrícola, espalhada nas diversas regiões do país.
- 55** O padrão de rede urbana encontrado no país, hierarquizado segundo o tamanho das cidades, espelha a integração e a articulação de todo o território nacional.

Perduram imagens obsoletas sobre a região amazônica, verdadeiros mitos. Não apenas os mitos tradicionais da terra exótica e dos espaços vazios, mas também mitos recentes que obscurecem a realidade regional e dificultam a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. Nas últimas décadas do século XX, mudanças bem mais drásticas ocorreram na região, tanto no que se refere a aspectos políticos e econômicos quanto no que diz respeito a políticas públicas. As populações regionais se organizam e se tornam atores políticos significativos, a cooperação internacional financeira e tecnocientífica assume influência crescente, e o terceiro setor emerge como mediador de interesses diversos, reduzindo o papel do Estado.

B. K. Becker. *Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação*. In: M. Coy e Kohlhepp (Coords.). *Amazônia sustentável*. Garamond, 2005, p. 23-4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os próximos itens, acerca das transformações político-econômicas que têm ocorrido na região amazônica.

- 56** A forma de ocupação da Amazônia mudou, e a valorização de seus produtos extrativos no mercado internacional, que persiste na atualidade, determina a ocorrência de novos ciclos econômicos.
- 57** A implementação de novas políticas regionais trouxe como conseqüência para a Amazônia a desarticulação dessa região da dinâmica socioeconômica no Brasil, prevalecendo, então, os interesses locais, isto é, da própria região.
- 58** O aproveitamento da vastidão das terras da região amazônica por meio da alocação de pequenos produtores rurais, na segunda metade do século XX, desencadeou intenso fluxo migratório para a região.
- 59** Na região amazônica, a desconcentração da propriedade da terra, decorrente da ocupação desta por pequenos agricultores, direcionados por programas de assentamento implementados tanto pelo Estado, no caso do Programa Integrado de Colonização, quanto pela iniciativa particular, tornou a estrutura fundiária da Amazônia diferente da de outras regiões do país, em que existem os conflitos agrários.
- 60** Na Amazônia, o avanço da fronteira agrícola ocorre por meio da recuperação das áreas degradadas utilizadas para o cultivo de produtos, cuja exportação representa uma forma de inserção do Brasil no mercado internacional.

Com relação ao processo de modernização agrícola brasileira e suas implicações, julgue os itens subseqüentes.

- 61** Embora sejam evidentes os esforços de modernização das atividades no campo, o aumento do volume da produção brasileira decorre do aumento da área de terra cultivada.
- 62** Resultante da maior inserção do país no contexto internacional, a modernização agrícola, com a conseqüente queda da necessidade de trabalho humano no campo, contribuiu para o processo de urbanização no Brasil.
- 63** O desenvolvimento agrícola ocorrido no Brasil coloca-o como provedor de bens primários para o mercado mundial, já que o país apresenta incipiente nível de industrialização.
- 64** No Brasil, as mudanças nos padrões produtivos geram efeitos sociais, tais como o desemprego, o subemprego e a migração inter e intra-regional.
- 65** Os conflitos pela posse de terra no Brasil ocorrem tanto nas áreas tradicionais de produção agropecuária como nas novas áreas de expansão agrícola, a exemplo da região Centro-Oeste.

Julgue os seguintes itens, relativos à legislação de interesse da atividade de inteligência.

- 66** O SBI, em suas ações, deve cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da CF e das leis ordinárias, mas não os derivados de tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais, tendo em vista que o SBI tem como fundamento a preservação da soberania nacional.
- 67** As unidades da Federação podem compor o SBI, mediante ajustes específicos e convênios, ouvido o competente órgão de controle externo da atividade de inteligência.
- 68** À ABIN compete planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o presidente da República e, em face da natureza sigilosa das ações, a ABIN pode decretar a interceptação das comunicações telefônicas de suspeitos.
- 69** Consideram-se conhecimentos sensíveis, cujo planejamento e execução compete à ABIN, aqueles relacionados a dados ilícitos e sigilosos, para fins de assessoramento ao presidente da República.
- 70** O DISBI terá por atribuição coordenar a articulação do fluxo de dados e informações oportunas e de interesse da atividade de inteligência do Estado, com a finalidade de subsidiar o presidente da República em seu processo decisório.
- 71** Entende-se por contra-inteligência a atividade do DISBI destinada a inutilizar informações sigilosas que foram obtidas com a finalidade de subsidiar o presidente da República em seu processo decisório e que não são mais necessárias.

Com base na legislação que dispõe acerca da faixa de fronteira, julgue os itens a seguir.

- 72** A pessoa física estrangeira é legalmente impedida de adquirir imóvel rural na faixa de fronteira.
- 73** Considere que uma ONG, de origem estrangeira e que tem por finalidade a prestação de assistência aos índios, pretende adquirir imóvel rural na faixa de fronteira, a fim de viabilizar seus fins não lucrativos. Nessa situação, para que seu pedido seja deferido, é necessário, entre outros requisitos, que a ONG estrangeira seja autorizada a funcionar no Brasil e que instrua seu pedido com todos os documentos previstos na legislação sobre a faixa de fronteira, além dos exigidos pela legislação agrária específica.
- 74** Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, será vedada, na faixa de fronteira, a prática dos atos referentes à alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e seu processo e julgamento.

- 75** Quando o fato estiver também previsto como crime no Código Penal, levar-se-ão em conta, para a aplicação da lei específica, a motivação e os objetivos do agente e a lesão real ou potencial aos bens jurídicos definidos em lei para se determinar a lei aplicável ao caso concreto.
- 76** Constitui crime a prática efetiva e comprovada de sabotagem contra instalações militares, meios de comunicação, meios e vias de transporte, estaleiros, portos, aeroportos, fábricas, usinas, barragens, depósitos ou outras instalações congêneres, não sendo puníveis os atos preparatórios de sabotagem.
- 77** Considere a seguinte situação hipotética.
Márcio apoderou-se do controle de aeronave mediante o emprego de violência contra a tripulação. De sua conduta resultou a morte do piloto.
Nessa situação, a lei não prevê uma qualificadora por causa da morte. Assim, Márcio responderá por crime contra a segurança nacional, definido na legislação específica, e pelo crime de homicídio, em concurso material.
- 78** Compete à justiça militar, ressalvada a competência originária do STF nos casos previstos na CF, processar e julgar os crimes contra a segurança nacional e à ordem política e social.

Acerca dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos, contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos e sobre a inserção de dados falsos em sistema de informação, julgue os seguintes itens.

- 79** Em regra, o crime de divulgação de segredo se sujeita à ação penal pública condicionada. Todavia, quando resultar prejuízo para a administração pública, a ação penal será pública incondicionada.
- 80** O indivíduo que destruir parcialmente uma linha férrea e, com tal conduta, provocar desastre, cometerá crime de atentado contra a segurança de transporte.
- 81** Considere a seguinte situação hipotética.
Roberto, funcionário autorizado para tanto, facilitou a inserção de dados falsos nos sistemas informatizados da administração pública.
Nessa situação, se Roberto não tinha a finalidade de obter vantagem indevida para si ou para outrem nem de causar dano, sua conduta não se enquadrará no delito de inserção de dados falsos em sistema de informações, segundo o Código Penal.

Com base na legislação acerca da situação jurídica do estrangeiro no Brasil, julgue os itens que seguem.

- 82** Ao estrangeiro portador de visto de cortesia, oficial ou diplomático, que tenha entrado no país, poderá ser concedida a prorrogação do prazo de estada no Brasil, a qual não exceder 90 dias e poderá ser cancelada a critério do Ministério da Justiça.
- 83** Exige-se visto de saída do estrangeiro que pretender sair do território nacional, independentemente de ato do ministro da Justiça.
- 84** A expulsão consiste na saída compulsória do estrangeiro e deverá ser efetivada para o país da nacionalidade ou de procedência do estrangeiro.
- 85** Não se concederá a extradição quando se tratar de brasileiro, salvo se a aquisição dessa nacionalidade verificar-se após o fato que motivar o pedido.
- 86** Não se concederá visto ao estrangeiro condenado ou processado em outro país por crime doloso, ainda que não seja passível de extradição, na forma da legislação brasileira.
- 87** A propriedade de imóvel urbano confere ao estrangeiro o direito de obter visto temporário e autorização de permanência no território nacional, pelo prazo máximo de um ano.

Com base na medida provisória que regulamenta o acesso ao patrimônio genético, julgue os itens subseqüentes.

- 88** No conceito da atividade exploratória de bioprospecção não se inclui a necessidade do potencial de uso comercial do componente do patrimônio genético.
- 89** Em caso de relevante interesse público, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada para acesso a amostra de componente do patrimônio genético dispensará a anuência prévia dos seus titulares.

Acerca da política nacional de arquivos públicos e privados, julgue os itens a seguir.

- 90** Poderá o Poder Judiciário, em qualquer instância, determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa de direito próprio ou ao esclarecimento de situação pessoal da parte.
- 91** O acesso aos documentos públicos classificados no mais alto grau de sigilo poderá ser restringido pelo prazo e prorrogação determinados em lei. Vencido esse prazo e intimados os interessados, tais documentos serão destruídos.
- 92** A ABIN não tem competência para apoiar as atividades da Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional.

Quanto à salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração pública federal, julgue os próximos itens.

- 93** Os dados ou informações sigilosos serão classificados em ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados, em razão de critérios de conveniência e oportunidade fixados pelas autoridades competentes.
- 94** Podem atribuir grau de sigilo aos dados ou informações sigilosas, na classificação de secreto, as autoridades que exerçam funções de direção, comando, chefia ou assessoramento, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade da administração pública federal.
- 95** Dados ou informações classificados no grau de sigilo ultra-secreto poderão ser reclassificados ou desclassificados a qualquer tempo, por decisão de qualquer autoridade da ABIN.

O princípio da soberania popular comporta cinco dimensões, historicamente sedimentadas. O domínio político não é pressuposto e aceito, carece de justificação, necessita de legitimação; a legitimação do domínio político só pode derivar do próprio povo, e não de qualquer outra instância “fora” do povo real (ordem divina, ordem natural, ordem hereditária, ordem democrática); o povo é, ele mesmo, o titular da soberania ou do poder, o que significa, de forma negativa, que o poder do povo distingue-se de outras formas de domínio (monarca, classe, casta); de forma positiva, há necessidade de uma legitimação democrática efetiva para o exercício do poder, pois o povo é o titular e o ponto de referência dessa mesma legitimação — ela vem do povo e a este se deve reconduzir; a soberania popular — o povo, a vontade do povo e a formação da vontade política do povo — existe, é eficaz e vinculativa no âmbito de uma ordem constitucional materialmente informada pelos princípios da liberdade política, da igualdade dos cidadãos, de organização plural de interesses politicamente relevantes e procedimentalmente dotada de instrumentos garantidores da operacionalidade prática desse princípio; a Constituição, material, formal e procedimentalmente legitimada, fornece o plano da construção organizatória da democracia, pois é ela que determina os pressupostos e os procedimentos segundo os quais as decisões e as manifestações de vontade do povo são jurídica e politicamente relevantes.

J.J. Gomes Canotilho. *Direito constitucional e teoria da constituição*, 4ª ed., p. 290 (com adaptações).

Com base no texto acima e na CF, julgue os seguintes itens.

- 96** A quarta e a quinta dimensões do princípio da soberania popular apontadas no texto têm o intuito de impor limites, por meio da Constituição, à vontade momentânea do povo, de forma a impedir que certos direitos e garantias fundamentais sejam abolidos, mesmo que essa seja a vontade da maioria.
- 97** Quando o texto afirma que o conceito de povo, de forma *positiva*, necessita de legitimação democrática efetiva para o exercício do poder, não exclui o chamado Estado de polícia ou Estado policial, o qual constitui uma das formas de atuação do estado democrático de direito.
- 98** A legitimação do domínio político passa pelo exercício da cidadania, que não se restringe ao direito de votar e ser votado, mas envolve também o direito de participar da vida democrática do Estado, o que deve ser feito apenas indiretamente, ou exclusivamente por meio de associações de classe e de partidos políticos.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz dos direitos e garantias fundamentais.

- 99** Pedro, filho de João e Maria, nasceu em um país da América Latina onde seu pai exercia o cargo de embaixador do Brasil e trabalha, atualmente, em outro país da América Latina como humorista, onde critica o governo local. Sentindo-se perseguido nesse país, Pedro veio para o Brasil. Nessa situação, Pedro poderá ser preso e extraditado, pois a injúria caracteriza-se como crime comum, caso em que é permitida a extradição.
- 100** Maria, eleita senadora da República de um estado da Federação em 2006, é casada com o irmão de Leopoldo, que pretende ser candidato ao cargo de governador do mesmo estado em 2010. Nessa situação, Leopoldo é inelegível, devido ao grau de parentesco com Maria.

Quanto à organização do Estado, no que se refere à União e à administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 101** Compete à União legislar privativamente sobre direito processual, mas a competência para legislar sobre procedimentos é concorrente entre a União, os estados e o DF. Sendo assim, na ausência de legislação federal sobre normas gerais acerca de procedimentos, os estados e o DF poderão disciplinar de forma plena esse tema até que sobrevenha a lei geral federal, quando então serão as normas legais estaduais e distritais recepcionadas como leis federais.
- 102** A lei estadual que determina que os recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes da defensoria pública estadual sejam aplicados como pagamento de prêmio de produtividade aos servidores e membros daquele órgão não é inconstitucional, desde que o valor da remuneração dos servidores e membros da defensoria pública não ultrapassasse, respectivamente, o valor do subsídio mensal do governador do estado e dos desembargadores do respectivo tribunal de justiça.

Acerca do Poder Executivo, julgue os próximos itens.

- 103** Presidente da República que praticar crime eleitoral na disputa pela reeleição pode ser julgado pelo Senado Federal por crime de responsabilidade, após aprovação de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
- 104** O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional exercem atividade opinativa em relação ao presidente da República, podendo ter a sua composição alterada por meio de lei infraconstitucional.

A respeito do controle externo e interno da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

105 Devido a sua natureza singular, a ABIN não se submete ao controle externo por parte do Tribunal de Contas da União, mas apenas ao controle interno da própria Presidência da República.

106 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos da União realizada pelo sistema de controle externo ou interno pode questionar aspectos que envolvam a própria discricionariedade do administrador.

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens seguintes.

107 Em caso de roubo a agência do Banco do Brasil, o inquérito policial deve ser aberto por delegado da Polícia Civil, e não, da Polícia Federal.

108 Uma vez decretado o estado de sítio ou de defesa, alguns direitos fundamentais podem ser restringidos e ficar excluídos do controle judicial, como, por exemplo, o direito de locomoção, o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e o direito de reunião.

No que concerne à ordem social e aos índios, julgue os itens a seguir.

109 O estudo religioso é facultativo no ensino fundamental, devendo ser ministrado no horário normal nas escolas públicas, e as aulas do ensino fundamental regular em geral devem ser ministradas em língua portuguesa, mesmo para as comunidades indígenas.

110 Não se exige que a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens seja privativa de brasileiros natos ou naturalizados, desde que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada sejam desempenhadas privativamente por brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Claudius, servidor público federal, foi acusado de ter praticado ato considerado infração administrativa cuja sanção prevista é a demissão do serviço público. Além disso, esse ato é também capitulado como crime, cuja pena é de 6 meses a 2 anos de detenção. A administração pública teve ciência da prática desse ato por meio de denúncia anônima. Imediatamente após essa denúncia, foi aberta sindicância investigativa sigilosa, em 12/4/2004, a qual acabou por demonstrar a materialidade do fato e os indícios de participação de Claudius no evento. Em 4/3/2005, publicou-se a portaria instaurando-se o processo administrativo disciplinar, com prazo de conclusão de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, o que acabou acontecendo. Claudius se negou a participar da instrução, sendo nomeado defensor dativo. Somente em 30/7/2007, foi publicada a portaria de demissão de Claudius, fundada nas provas produzidas no processo administrativo disciplinar. Paralelamente, Claudius respondeu a ação penal, tendo sido condenado à pena de reclusão de 6 meses, que foi substituída por uma pena restritiva de direito.

Com referência a essa situação hipotética e ao regime disciplinar dos servidores públicos, julgue os itens subseqüentes.

111 A denúncia anônima, na espécie, poderia justificar a instauração da sindicância investigativa sigilosa, com vistas a identificar a sua procedência, mas não poderia, por si só, justificar a imediata abertura de processo administrativo disciplinar, dado o princípio constitucional que veda o anonimato.

112 Sendo Claudius condenado à pena de detenção de 6 meses, o prazo prescricional na esfera administrativa será contado considerando-se a pena *in concreto*, de forma que a pretensão punitiva administrativa do Estado estava prescrita na data da publicação da citada portaria.

113 A sindicância investigativa é uma fase necessária do processo administrativo disciplinar.

114 Na hipótese em apreço, o prazo prescricional voltou a correr por inteiro depois de 140 dias a contar de 4/3/2005.

115 No âmbito do processo administrativo disciplinar, o interrogatório do acusado ocorre antes da inquirição das testemunhas, e depois da sua citação.

116 Para o STF, viola o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório a nomeação de defensor dativo no processo administrativo disciplinar que não seja advogado ou formado no curso superior em Ciências Jurídicas (Direito).

117 Eventual tentativa para anular judicialmente o ato administrativo de demissão de Claudius restará limitada aos aspectos meramente formais do processo, não podendo o juiz invadir o mérito da decisão demissionária, mesmo se entender que o caso concreto poderia justificar apenas a penalidade de suspensão e não, a de demissão.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal — Decreto n.º 1.171/1994 —, julgue os itens que se seguem.

- 118 Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da administração pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão um comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- 119 A comissão de ética tem competência para aplicar a pena de censura ou advertência.

Na segunda fase do concurso para provimento de cargo de policial, Flávio matriculou-se no curso de formação, já que tinha sido aprovado nas provas objetivas, no exame psicotécnico e no teste físico, que compunham a chamada primeira fase. No entanto, a administração pública anulou o teste físico, remarcando nova data para a sua repetição, motivo pelo qual foi anulada a inscrição de Flávio no curso de formação.

Acerca dos atos administrativos referentes à situação hipotética apresentada, julgue os itens subseqüentes.

- 120 A anulação do exame físico está inserida no poder de autotutela da administração, não sendo imprescindível que haja contraditório e ampla defesa, pois o ato em si não trouxe qualquer prejuízo para Flávio — já que ele irá refazer o teste físico — nem para os demais candidatos.
- 121 Considerando que a motivação apresentada pela administração não seja a medida mais adequada para anular o teste físico de Flávio, o juiz poderá aplicar a teoria dos motivos determinantes para anular o ato anulatório.
- 122 Conforme entendimento do STF, o exame psicotécnico, para ser admitido em concursos públicos, deve estar previsto em lei e conter critérios objetivos de reconhecido caráter científico, sendo prescindível a possibilidade de reexame na esfera administrativa.

Quanto aos poderes públicos, julgue os próximos itens.

- 123 Não há que se confundir a discricionariedade do administrador em decidir com base nos critérios de conveniência e oportunidade com os chamados conceitos indeterminados, os quais carecem de valoração por parte do intérprete diante de conceitos flexíveis. Dessa forma, a discricionariedade não pressupõe a existência de conceitos jurídicos indeterminados, assim como a valoração desses conceitos não é uma atividade discricionária, sendo passível, portanto, de controle judicial.
- 124 O ato normativo do Poder Executivo que contenha uma parte que exorbite o exercício de poder regulamentar poderá ser anulado na sua integralidade pelo Congresso Nacional.
- 125 Decorre do poder disciplinar do Estado a multa aplicada pelo poder concedente a uma concessionária do serviço público que tenha descumprido normas reguladoras impostas pelo poder concedente.

Nos itens de 126 a 150, a seguir, são avaliados conhecimentos em **língua inglesa**.

1 Top U.S. law enforcement officials on Monday described drug cartels that are increasingly mobile, tech savvy, diverse and transnational, factors that are challenging 4 efforts to curb border violence fueled by big profits.

Modern organized crime organizations are “borderless”, said FBI Director Robert S. Mueller III, who 7 added that the FBI is “deeply concerned about high levels of drug trafficking, human smuggling and gang activity”, as well as with the surge in violent crimes linked to the drug 10 trade such as homicides, kidnappings and extortion.

Mueller was among the featured speakers at the two-day Border Security Conference at the University of 13 Texas at El Paso, which continues Tuesday.

U.S. Rep. Silvestre Reyes, D-Texas, the conference host, said this year’s themes are border protection and 16 effective commerce.

Mueller said much of the increased violence in Juárez that has claimed hundreds of lives this year is related 19 to two groups fighting over the corridor drug dealers use to introduce cocaine, marijuana, heroin and methamphetamines into the U.S.

22 The main factions vying for control of the Juárez-El Paso corridor are led by Carrillo Fuentes and Joaquin *Chapo* Guzman Loera.

25 U.S. law enforcement officials have detected Mexican drug cartels in nearly 200 U.S. cities and practically every state. According to a United Nations report released 28 last year, the Juárez cartel has a presence in more than 35 countries.

Internet: <www.elpasotimes.com> (adapted).

In relation to the text above, it can be said that

- 126 drug trafficking still lacks technological expertise, although it is getting more and more mobile.
- 127 big profits related to drug trafficking are strengthening border violence so as to make it more difficult to control.
- 128 transnational organizations have brought about a sudden increase in fierce deeds.
- 129 human smuggling and gang activity are considered non-profitable commerce.
- 130 murderers, abduction and extortion can be mentioned as illicit actions associated with drug trade.
- 131 drug trade cartels get together to better control the effective commerce of four illegal addictive narcotic substances.
- 132 Fuentes and *Chapo* are both trying to control Juarez-El Paso corridor.
- 133 U.S. law enforcement officials have found out about 200 U.S. cities spread all over the American states.
- 134 “featured” (l.11) means **included among people as an important figure**.

Iran's top nuclear negotiator Saeed Jalili and EU foreign policy chief Javier Solana agreed yesterday to pursue talks aimed at resolving the nuclear crisis, state television reported.

Their telephone talks came just days after European Union nations last week introduced fresh sanctions against Iran over its atomic drive, which Western nations fear could be a cover for a secret nuclear weapons program.

The two sides agreed to continue negotiations in a constructive atmosphere, the television said. Solana and Jalili voiced satisfaction at the constructive trend of negotiations in Geneva and the contacts afterwards.

In Brussels, Solana's office confirmed the conversation but gave no details.

Jalili met on July 19 in Geneva with Solana, who is the point man for the six major powers, which have offered Iran a package of incentives in return for a freeze in uranium enrichment activities. They also spoke by phone on August 4.

On Friday, the presidency of the 27-member EU announced new sanctions against Iran, including restrictions on public loans and tougher cargo inspections.

The move came after Tehran gave an ambiguous answer to the demands of the six nations – U.N. Security Council permanent members Britain, China, France, Russia and the United States plus Germany.

Iran is facing a possible fourth round of U.N. Security Council sanctions over its refusal to halt enrichment, a process which makes nuclear fuel but also the core of an atomic bomb.

The European Union and the United States have also imposed restrictions on the activities of Iran's largest banks, which are running in parallel to the three sets of sanctions agreed by the Security Council.

Internet: <www.afp.google.com.article> (adapted).

According to the text above, judge the following items.

- 135 It's been reported on TV that Jalili's and Solana's target is to put an end in the Iranian nuclear crisis.
- 136 European Union Nations are worried about a disguised secret nuclear weapons programme of Iran.
- 137 Both Solana and Jalili seem to have had an argument about Iranian nuclear activity.
- 138 Jalili is the man who tries to prevent problems by thinking before others.
- 139 The presidency of 27-members EU thought to be unnecessary to take tough measures against Iran.
- 140 Tehran failed to give a clear answer to the request of the Security Council permanent members.
- 141 Despite the talks between Jalili and Solana, Iran still proceeds with its process to make nuclear fuel rich which is also the kernel of an atomic bomb.
- 142 Besides the three already existing sets of sanction imposed by the Security Council, the EU and the U.S. have introduced new economic restrictions into Iran.

U.S. scientists find fingerprints can yield even more telltale clues

1 Scientists have found ways to tease even more clues out of
fingerprints' telltale marks. It's one in a string of developments that
gives modern forensics even better ways to solve mysteries like the
4 anthrax attacks in the United States or the murder of a child beauty
queen. For example, says chemist R. Graham Cooks of Purdue
University, if a person handled cocaine, explosives or other materials,
7 there could be enough left in a fingerprint to identify them.

Max M. Houck, director of West Virginia University's
Forensic Science Initiative, says progress in forensics comes from a
10 combination of new techniques, like those involved in the anthrax
investigation, and existing techniques, like those used in the child
murder case. Improvements in genetic research allowed police to trace
13 the anthrax used in the 2001 attacks to a specific flask of spores, the
FBI said this week. And while the killing of six-year-old JonBenet
Ramsey attracted national fascination in 1996, it was only this year that
16 prosecutors announced that a new series of tests pointed to an
unidentified attacker, clearing family members of suspicion.

The testing technique in Ramsey's case was not new, Houck
19 said. But prosecutors learned it could be relevant to their case in a 2007
West Virginia University course.

In the new fingerprint analysis method, police technicians
22 armed with miniaturized mass spectrometers can spray a solvent on a
fingerprint and detect compounds at concentrations as fine as five parts
per million in droplets that scatter off the print, Cooks explained in a
25 telephone interview. Five parts per million is equivalent to 142 grams
of chemical in 29 tonnes of material.

The testing method, discussed in Friday's edition of the journal
28 Science, could be available in a year or two, Cooks said. He explained
that materials such as cocaine and military explosives tend to be hard
to get off the fingers. If someone who has handled them later handles
31 something hard like a file or plastic binder, that will transfer the
chemicals, he said. The chemicals are located at the points of the
fingerprint's ridges, so what is then on the hard surface is the fingerprint
34 in chemical. So police can not only identify the person from the print,
but also connect the person and the drug or chemical, he said.

Internet: <www.cbc.ca/cp/science> (adapted).

Based on the text above, judge the following items.

- 143 Scientists have now achieved another breakthrough as far as fingerprints are concerned.
- 144 A person can easily be identified if she/he has ever used cocaine, explosive or other materials.
- 145 Either new techniques or the existing ones are supposed to be used to help progress in forensics.
- 146 Ramsey's family was thought to be guilty for having murdered JonBenet.
- 147 In the fingerprint analysis a solvent is not enough to recognize compounds at fairly high concentrations.
- 148 Cooks explained that, as cocaine and military explosives are likely to be difficult to be taken off, traces of them can be detected in a file or plastic binder if touched by someone who used them.
- 149 Cocaine and military explosives remain for a longer time in one's finger tips.
- 150 In the text, "telltale" (l.2) means **revealing or indicating something**.

Nos ítems de **126 a 150**, a seguir, são avaliados conhecimentos em **língua espanhola**.

Inteligencia humana y terrorismo yihadista

La inteligencia ha sido tradicionalmente un elemento clave en la lucha antiterrorista. Pero en el caso del terrorismo yihadista, y especialmente en el de los grupos que actúan en Europa o en los Estados Unidos de América, su importancia es aun mayor, ya que los yihadistas instrumentalizan la presencia de amplias comunidades islámicas, en su mayoría de procedencia inmigrante, para pasar desapercibidos y reclutar nuevos simpatizantes.

En dicho contexto, las actividades antiterroristas deben contar con una inteligencia de calidad que les permita discernir con precisión entre la ínfima minoría de radicales y la inmensa mayoría de pacíficos creyentes. De lo contrario, unas actuaciones policiales indiscriminadas, en razón de convicciones religiosas o de pertenencia a determinada etnia, acabarían provocando una indignante sensación de acoso en el musulmán de a pie y una imagen sospechosa de las comunidades islámicas ante los ojos del resto de la sociedad.

Las actividades de inteligencia siguen un ciclo compuesto por una primera fase de dirección o fijación de objetivos, una segunda de obtención de información, una tercera de elaboración y análisis de la misma, y una cuarta de difusión del producto resultante, es decir, de la inteligencia. En la fase de obtención se utilizan diversos sistemas de captación de información a través de imágenes (IMINT), trazado de señales electrónicas (SIGINT), explotación de fuentes abiertas (OSINT), fuentes humanas (HUMINT) etc.

En este análisis vamos a detenernos brevemente en la HUMINT, la inteligencia humana, en materia de lucha contra el terrorismo yihadista, y concretamente nos centraremos sólo en un medio que consideramos de particular interés y que denominaremos de la siguiente manera: infiltrados.

Una fuente especial de inteligencia humana son los infiltrados, agentes o colaboradores de los servicios de información policiales o de los servicios de inteligencia estratégica que logran penetrar en la estructura interna de un grupo terrorista. Para ello, deben simular que comparten las convicciones radicales del resto del grupo y, con frecuencia, pertenecer a una etnia de origen similar a la de los otros integrantes. En la breve historia del yihadismo en España, la prensa ha filtrado la existencia de este tipo de fuentes: tal fue el caso del marroquí Abdelkader el Farssaoui (alias Cartagena).

El Farssaoui se hizo pasar por imán radical de un oratorio en Villaverde (Madrid) y, de ese modo, se ganó la confianza y asistió a reuniones privadas del grupo liderado por Serhane Ben Abdelmajid y Mustafa El Maymouni, un grupo que meses más tarde formaría con otros subgrupos la red terrorista de los atentados del 11 de marzo en Madrid.

Farssaoui alertó a la policía de la peligrosidad potencial del grupo de Serhane. Pero, al trasladarse a la costa de Granada, y más tarde a Almería, perdió el contacto cercano con los terroristas antes de que éstos comenzaran a planificar los atentados, por lo que no consta que conociera detalles concretos sobre la operación del 11-M.

Internet: <spanish-safe-democracy.org> (con modificaciones).

Juzgue los ítems de **126 a 150** en relación al texto de encima.

126 Los yihadistas son grupos que emigran desde Europa o Estados Unidos.

127 Para pasar desapercibidos, los yihadistas tienen que reclutar nuevos simpatizantes.

128 El elemento “aun” (ℓ.5) es reemplazable por **inclusive** sin alterar la semántica del texto.

129 La expresión “ya que” (ℓ.5) introduce una oración que expresa una finalidad.

130 El verbo **instrumentalizar** (ℓ.5) tiene, en este caso, el mismo sentido de **aprovecharse de**.

131 La expresión “En dicho contexto” (ℓ.9) es sustituible por **En aquel contexto** sin alteraciones semánticas.

132 La forma verbal “deben” (ℓ.9) expresa, en este contexto de uso, probabilidad.

133 La forma verbal “permita” (ℓ.10) no puede ser reemplazada por **permite** sin alterar la semántica de la oración a la que pertenece.

134 La radicalización de algunas minorías puede ser achacada a la actuación indiscriminada de la policía.

135 La expresión “De lo contrario” (ℓ.12) es sustituible por **En contrario** sin alteración semántica o gramatical.

136 Las actividades de inteligencia están constituidas por cuatro ciclos básicos.

137 Los vocablos “musulmán” (ℓ.15) y “yihadista” (ℓ.29) son usados en el texto con el mismo significado.

138 La IMINT pertenece al segundo ciclo de las actividades de inteligencia.

139 El texto considera a los infiltrados como el medio más importante en la lucha contra el terrorismo yihadista.

140 Es adecuado que los infiltrados tengan un origen étnico semejante al del grupo que observan.

141 La expresión “Para ello” (ℓ.36) es reemplazable por **Por esto** sin alteración semántica del texto.

142 El elemento “que” desempeña funciones gramaticales diferentes en su uso en las líneas 35 y 36.

143 La prensa española fue autorizada a divulgar las actividades de Farssaoui.

144 Farssaoui era originalmente un religioso musulmán que practicaba en un barrio de la capital de España.

145 Mustafa El Maymouni frecuentaba los oficios religiosos liderados por Farssaoui.

146 La forma verbal “formaría” (ℓ.46) expresa una acción futura en relación a la acción expresada por la oración anterior.

147 Las estructuras “a la policía” (ℓ.48) y “a la costa” (ℓ.49) desempeñan funciones gramaticales diferentes.

148 La estructura “de la peligrosidad potencial del grupo” (ℓ.48-49) desempeña la función de complemento de régimen verbal.

149 La forma verbal “comenzaran” (ℓ.51) es reemplazable por **comenzasen** sin producir alteraciones semánticas o gramaticales.

150 El elemento pronominal “lo” (ℓ.52) se refiere a “el contacto” (ℓ.50).

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Serviços de inteligência são justamente organizações que dependem do segredo sobre seus métodos de atuação e suas fontes de informação para operar de forma eficaz. Na medida em que o processo de institucionalização desse tipo de organização implica não apenas um esforço para tornar-se estável (o que depende da agilidade), mas também uma busca por reconhecimento e valor aos olhos dos cidadãos (o que depende da transparência), não se pode simplesmente contornar o problema de forma pragmática, dizendo que a existência de segredos governamentais e de serviços de inteligência constitui exceção a uma regra ou princípio.

Marco Cepik. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 16-7 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

SEGREDO DE ESTADO E CIDADANIA

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ relação entre segredo de Estado no regime democrático e cidadania;
- ▶ atuação dos órgãos de inteligência no Estado democrático e seus limites;
- ▶ evolução da área de inteligência no Brasil — do regime militar ao regime democrático.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	